

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

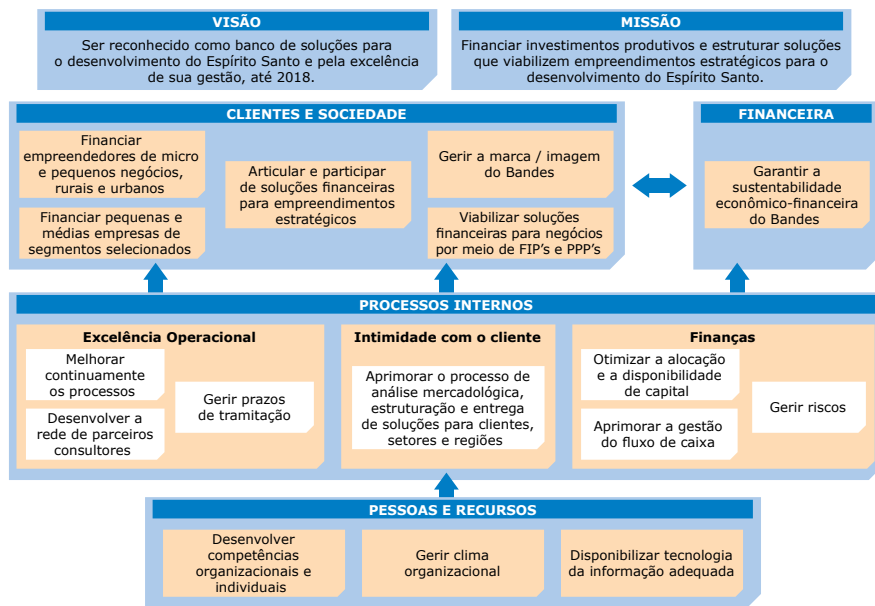
O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação este Relatório da Administração referente ao ano de 2017 – acompanhado das Demonstrações Contábeis e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

### 1. A EMPRESA

O BANDES é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento, sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário. Em 2017, o BANDES comemorou 50 anos de criação e permanente atuação em todos os segmentos da economia, com a **missão de financiar investimentos produtivos e estruturar soluções que viabilizem empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento do Espírito Santo**. Em seu nível estratégico, o objetivo síntese dos esforços do BANDES é **ser reconhecido como o banco de soluções para o desenvolvimento do Espírito Santo e pela excelência de sua gestão, até 2018**.

O seu Plano Estratégico 2017-2022, denominado "BANDES Rumo à Excelência", contempla o amadurecimento das práticas de gestão, tendo como base o Modelo de Excelência da Gestão, da Fundação Nacional da Qualidade e o *Balanced Score Card* – BSC, e está composto por um Mapa Estratégico e um painel de bordo, em que os objetivos estratégicos, indicadores de desempenho e projetos estruturantes são insumos para o seu gerenciamento.

**IMAGEM 1:** Mapa Estratégico – BANDES 2017-2022



### 2. PERSPECTIVA DE CLIENTES E SOCIEDADE

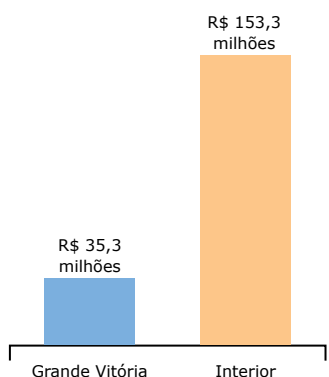
Em 2017, o investimento total aprovado foi de R\$ 188,6 milhões, totalizando 2.861 operações de crédito aprovadas. A Carteira de Crédito do BANDES encerrou o ano totalizando R\$ 1,1 bilhão.

#### 2.1. Financiar empreendedores de micro e pequenos negócios, rurais e urbanos

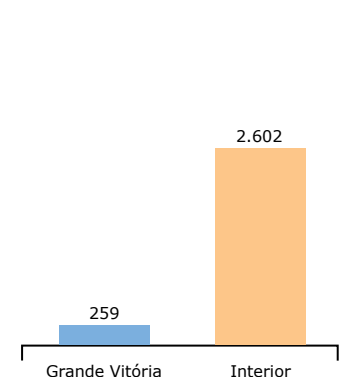
Em consonância com esse objetivo, o BANDES aprovou 2.838 operações para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, no valor total de R\$ 128 milhões. Para pessoas físicas, é importante destacar os recursos destinados às famílias de agricultores via PRONAF, com 801 operações aprovadas, referentes a R\$ 31,9 milhões. Para as médias e grandes empresas foram aprovadas 23 operações e R\$ 60,6 milhões.

A distribuição espacial dos investimentos aprovados no ano registra o domínio do apoio aos empreendimentos localizados no Interior, com 2.602 operações aprovadas e, na região da Grande Vitória, 259 operações. Em valor, do montante total aprovado, R\$ 35,3 milhões foram para a Grande Vitória e R\$ 153,3 milhões para os demais municípios (ou 81%).

**Gráfico 1: Investimentos aprovados**



**Gráfico 2: Nº de operações aprovadas**



Para esse segmento de público-alvo, destacam-se as ações realizadas no programa **NOSSOCRÉDITO**, com a aprovação de 8.514 operações de crédito e liberação de recursos da ordem de R\$ 55,5 milhões.

Outros importantes programas do banco para esse segmento são o "Seguir Crescendo" e o de "Economia Criativa".

- Seguir Crescendo:** um programa focado em microempresas formalizadas, tendo sido realizadas 1.417 liberações, no valor total de R\$ 23,4 milhões.
- Economia Criativa:** foram aprovados investimentos totais de R\$ 6,1 milhões em 2017, distribuídos entre 331 operações de crédito, tanto com recursos BANDES quanto do NOSSOCRÉDITO.

#### 2.2. Financiar pequenas e médias empresas de segmentos selecionados

O BANDES tem como objetivo apoiar novos setores da economia capixaba, como o de inovação, economia verde, economia criativa, turismo e cadeias produtivas estratégicas, por meio de linhas de crédito com condições específicas para cada um desses segmentos.

- Inovação:** foram aprovadas duas operações, com investimento total de R\$ 3,9 milhões.
- Turismo:** 67 operações foram aprovadas, representando um total de R\$ 3,7 milhões.
- Economia Verde:** 7 operações e R\$ 1,1 milhão liberados no ano.
- Construção de Barragens e Reservação de Águas:** foram 132 contratos liberados, no valor total de, aproximadamente, R\$ 7,7 milhões.
- Avicultura de Corte e Postura:** um programa focado em modernização em que foram liberados R\$ 17,2 milhões, referentes a 17 operações contratadas.

#### 2.3. Articular e participar de soluções financeiras para empreendimentos estratégicos

##### Funcafê

Em julho foi assinado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o contrato referente aos recursos do Funcafê – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, da ordem de R\$ 8,0 milhões, para o financiamento à estocagem e aquisição de café, e capital de giro para as indústrias de café solúvel e de torrefação.

##### Fundação Renova

Firmado em outubro o contrato entre o BANDES e a Fundação Renova - instituição criada para mitigar os impactos socioambientais e socioeconômicos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, tem o objetivo de ofertar linhas de crédito para o financiamento de empreendedores dos municípios afetados, com dotação orçamentária de R\$ 10 milhões e risco de crédito integralmente assumido pela Renova.

O BANDES iniciou a operar o fundo no mês de novembro/2017 e, até o final do ano, foram contratadas 54 operações e liberados R\$ 710,5 mil.

Para 2018, outro contrato com a Fundação Renova deverá ser assinado. Esse novo contrato trata da contratação do BANDES para a prestação de serviços de agente financeiro para atuar nas atividades de repasse de recursos no âmbito do "Programa de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos", nos municípios do Espírito Santo afetados pelo rompimento da barragem de Fundão-MG.

##### FUNGETUR

Com o objetivo de financiar empreendimentos do setor de turismo, preferencialmente às micro, pequenas e médias empresas desse segmento, foi firmado o contrato de prestação de serviços entre o BANDES e o Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, gerido pelo Ministério do Turismo. Os recursos disponibilizados são da ordem de R\$ 4,8 milhões, e poderão ser aplicados em obras civis, seja para implantação, ampliação, modernização e reforma, bem como na aquisição de máquinas e equipamentos de finalidade ou interesse do turismo estadual.

##### FGI

O Fundo Garantidor para Investimentos – FGI tem por finalidade garantir, direta ou indiretamente, o risco de financiamentos e empréstimos concedidos às micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais e autônomos transportadores rodoviários de carga, na aquisição de bens de capital inerentes à sua atividade.

O BANDES tornou-se cotista do FGI, por meio da subscrição de cotas no montante de R\$ 100 mil, valor que pode garantir até R\$ 20 milhões em operações de crédito.

##### INVEST-ES

Entre os programas conduzidos pelo BANDES, vale destacar a atuação do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo - INVEST-ES, no qual o BANDES é agente técnico e secretaria executiva. O INVEST-ES é um programa de incentivos fiscais a novos investimentos que concorram para a renovação tecnológica e o aumento da competitividade das empresas instaladas no Espírito Santo. Somente neste ano, foram enquadrados 36 projetos, representando investimentos de R\$ 1,2 bilhão e projetando a geração de 1.086 empregos, em 13 municípios do estado.

##### Reflorestar

É uma iniciativa do Governo do Estado e tem como objetivo promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e recuperação da cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos. Em 2017 foram realizadas liberações de recursos para 802 propriedades, as quais totalizaram R\$ 9,0 milhões.

##### Cessão de crédito para o FUNDES

Com base em proposta apresentada pelo BANDES, o Conselho Gestor do FUNDES aprovou a utilização de recursos do Fundo para a regularização bancária de produtores rurais capixabas afetados pela crise hídrica 2014/2016. Isso permitirá que os agricultores se recuperem financeiramente e voltem a contratar novos financiamentos, o que é fundamental para revitalizar a agricultura do estado, fortemente castigada pela estiagem entre os anos 2014 e 2016.

##### Parcerias institucionais

O BANDES firmou uma parceria com o Centro Capixaba de Desenvolvimento Metal Mecânico – CDMC, objetivando a implementação do Programa de Crédito para a inovação desse setor no Espírito Santo, fornecendo, para tanto, o conhecimento necessário e linhas de financiamento apropriadas aos projetos.

Outra importante parceria firmada em 2017 foi com a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – FINDES. A assinatura do Termo de Parceria entre o BANDES e a FINDES teve como objetivo principal a estruturação e a ampliação dos atendimentos ao setor industrial. Entre as ações a serem desenvolvidas, existe a capacitação de técnicos do Núcleo de Acesso ao Crédito – NAC no sentido de se trabalhar o portfólio de linhas do BANDES, assim como a possibilidade de atuação direta do banco junto às 15 regionais da FINDES em todo o estado. Essa parceria possibilitará o atendimento e a prospecção de novos financiamentos ao setor, de forma regionalizada.

#### 2.4. Gerir a marca e imagem

Em maio de 2017 o projeto estruturante para estudo de como gerir a marca e a imagem do BANDES apresentou os resultados finais dos seus trabalhos, reunidos em uma série de propostas apresentadas à diretoria do banco. Esse conteúdo contribuiu para o aprimoramento das estratégias adotadas pela organização, no que diz respeito a sua gestão da marca e da imagem.

A partir desses estudos a Assessoria de Comunicação buscou de forma estruturada investir em geração de conteúdo espontâneo para mídia, a fim de multiplicar a política operacional do BANDES e ações estratégicas desenvolvidas pela instituição. Com este trabalho foi possível obter 420 citações do banco na imprensa, com 94,52% de matérias positivas e um montante apurado de, aproximadamente, R\$ 850 mil (oitocentos e cinquenta mil reais) entre julho e dezembro ao compararmos o espaço espontâneo com os valores praticados nos anúncios dos referidos veículos.

Em homenagem ao cinquentenário do BANDES, foi realizada uma campanha publicitária em diversas mídias (rádio, tv, jornal, mídias digitais e cinema) entre fevereiro e março de 2017. Outra ação que consolidou a imagem do banco como um dos principais protagonistas no desenvolvimento econômico capixaba foi o lançamento do livro "BANDES 50 anos", uma coletânea de depoimentos de representantes dos diversos setores econômicos sobre o papel do banco. Ainda como iniciativas em homenagem ao seu aniversário, a instituição

também foi tema de uma sessão solene na Assembleia Legislativa do Espírito Santo e recebeu um selo comemorativo dos Correios.

O investimento do BANDES em patrocínio institucional e promocional, em parceria com os atores sociais representativos da economia capixaba, tem oportunizado dar visibilidade para posicionamento da marca e da imagem do banco, por meio de ações de marketing e participação em eventos, que possibilitam a articulação em diversos fóruns no estado.

Em 2017, o banco participou de eventos ligados a tradicionais setores produtivos capixabas, que resultam em exposição na mídia e em realização de novos negócios. Destques para a Vitória *Stone Fair*, o lançamento do Prêmio Líder Empresarial e o 12º Encontro de Lideranças Empresariais.

Outro importante apoio no ano foi o patrocínio do banco para a realização do estudo “Valores de Terra Nua nas Diferentes Microrregiões do Estado do Espírito Santo”, material que possibilita embasamento técnico e científico para as ações futuras de fomento ao setor agropecuário e no desenvolvimento de programas de fomento junto às entidades representativas dos setores envolvidos.

## 2.5. Viabilizar soluções financeiras para negócios por meio de FIP´s e PPP´s

### Fundos de Investimento em Participações - FIP´s

Ao longo do ano o banco participou das atividades relacionadas ao Criatec III - Fundo de Investimento com a finalidade de capitalizar às micro e pequenas empresas inovadoras, do qual o BANDES é cotista e que já está na fase de investimento. Duas reuniões de trabalho ocorreram na sede do BANDES, com a presença dos representantes dos outros cotistas do Fundo para conhecer a instituição e o estado.

Em 2017, o BANDES criou o Fórum de Inovação e em sua primeira edição, teve a participação de quatro grandes gestores nacionais de FIP. Nesse evento também aconteceu o primeiro *Demo Day* do BANDES, com a presença de 14 empreendedores apresentando seus projetos para esses gestores.

Foi realizada, ainda, nesse ano, a “Primeira Chamada Multissetorial para a Seleção de Fundos de Investimento de *Venture Capital*” e, como resultado, foi aprovado o aporte de R\$ 20 milhões no FIP Competitividade e Inovação para Setores Estratégicos – CISE, que está em fase de captação de investidores. Além desses dois fundos, Criatec III e CISE, o Fundo de Investimento em Participações – PRIMATEC, destinado a investir em companhias inovadoras com alto potencial de crescimento e geração de valor, entrou na carteira de FIP´s do banco com o comprometimento de R\$ 5 milhões.

### Parcerias Público Privadas – PPP´s

O BANDES é, oficialmente, o agente do Governo do Espírito Santo para auxiliar os municípios na elaboração de PPP´s. O banco participou da estruturação do Fórum Capixaba de Parcerias, para desenvolver oportunidades de viabilização das parcerias nos médios e pequenos municípios do estado. A instituição faz parte também, juntamente com outras Instituições Financeiras de Desenvolvimento, da Parceria para Estruturação de Projetos de PPP junto aos municípios, que tem como âncoras a Associação Brasileira de Desenvolvimento – ABDE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Com um Termo de Parceria Negocial, o BANDES e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG atuação de forma conjunta, tanto técnica, quanto comercialmente, oferecendo serviços de assessoramento técnico e de estruturação de projetos de concessão pública, nos modelos comuns e em parceria público-privada, aos municípios do Espírito Santo e Minas Gerais.

## 2.6. Responsabilidade Socioambiental

O BANDES adota em suas atividades diversas práticas que denotam sua preocupação com os aspectos socioambientais de seu negócio, além da rigorosa observância dos requisitos ambientais legais dos projetos apoiados. No que tange ao gerenciamento dos riscos socioambientais, o BANDES considera em suas políticas de crédito diversos aspectos que visam incentivar as empresas a atuarem de forma sustentável em toda a sua cadeia (desde a origem da matéria prima até a comercialização final do produto ou serviço), de modo a minimizar os impactos dos empreendimentos apoiados no meio ambiente. O BANDES também estimula a educação financeira de microempreendedores.

Demonstrando ainda sua preocupação com o lado social, evidenciadas pelas ações relacionadas ao bem estar dos colaboradores, cabe citar eventos de integração, incentivo a atividade física, vacinação e orientações para prevenção de doenças, ginástica laboral etc., ao uso racional dos recursos e ao apoio a instituições de assistência social.

## 3. PERSPECTIVA FINANCEIRA

### 3.1. Garantir a sustentabilidade econômico-financeira do BANDES

O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 469,6 milhões, crescimento de 11%, em relação a 2016. Em 2017, o BANDES registrou lucro líquido de R\$ 7,6 milhões, decorrentes, principalmente dos esforços de renegociação de créditos inadimplentes, durante todo ano, o que resultou em um montante significativo de créditos recuperados e a cessão de parte da carteira de créditos em prejuízo para o FUNDES.

A renegociação de créditos inadimplentes foi realizada durante todo o ano de 2017, no intuito de conter a crescente inadimplência da carteira, motivada, principalmente, pela restrição da capacidade de pagamento de grande parte dos clientes produtores rurais, os quais foram fortemente afetados pela crise hídrica que vem impactando o Espírito Santo desde 2014. Para renegociar com os produtores rurais foram realizados mutirões de renegociação (presencial) em 55 municípios capixabas. Ao todo foram 1.673 contratos renegociados e recuperados R\$ 26,2 milhões no ano.

A cessão da Carteira para o FUNDES foi possível em decorrência da promulgação da Lei nº 10.764/17, a qual permitiu a aquisição de créditos do BANDES, pelo FUNDES, nos exercícios de 2017 e 2018, referentes a operações de crédito rural em áreas afetadas por adversidades climáticas no Espírito Santo. O montante previsto é de 40 milhões. Em 2017 o total de créditos cedido foi de R\$ 28,6 milhões, restando 11,4 milhões para 2018.

### Rating

Em dezembro, o Comitê de Risco da *LFRating*, atribuiu a classificação “A-” em moeda nacional (R\$) para o risco de crédito do BANDES, acrescentando a essa avaliação a Tendência Neutra. De acordo com a definição da agência, as instituições com essa classificação “oferecem boa segurança para honrar compromissos financeiros regulares”. A partir desse primeiro trabalho de *rating* realizado, o BANDES pretende, em um, futuro próximo, buscar sua classificação de risco com as reconhecidas agências internacionais de *rating*, o que permitirá ao banco a captação de recursos no mercado externo, ou seja, trata-se de uma nova fonte de recursos para financiamento de mais projetos importantes para o desenvolvimento do Espírito Santo.

## 4. PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

### 4.1. Melhorar continuamente os processos

Diversas ações foram implementadas objetivando melhorar os processos, com destaque para o mapeamento dos processos relativos às cobranças administrativas, à recuperação de créditos baixados como prejuízo e às renegociações excepcionais provocadas por fatores externos extremos. Essa ação na área financeira será referência para o mapeamento de processos das demais áreas do banco em 2018.

### 4.2. Desenvolver a rede de parceiros consultores

A reestruturação da rede de parceiros foi contínua durante o ano de 2017, tendo sido realizado o primeiro treinamento direcionado aos consultores corporativos, o 11º Encontro Anual de Consultores e a realização de treinamentos de consultores no segmento Rural e Urbano.

Especificamente no segmento urbano, o segundo Programa de Formação de Consultores foi, em parte, realizado com a utilização de uma plataforma EaD (ensino à distância) recém implementada. Essa plataforma contribuirá para a capacitação de consultores e agentes de crédito. Nela serão ofertados cursos para a atuação desses agentes, contribuindo para o fortalecimento da eficiência operacional do banco.

Para acompanhamento da rede de parceiros, foram desenvolvidos os Instrumentos de Gestão de Parcerias denominados “Marca” e “Perfil do Consultor”. Esses instrumentos visam o desenvolvimento do parceiro em três dimensões: 1) Qualidade do Processo, que mede os índices de precisão e tempo de tramitação, 2) Desempenho, que mede os índices de volume e valor liberado e 3) Qualidade da carteira, que mede a inadimplência da carteira do consultor.

O BANDES fechou o ano de 2017 com 94 consultores ativos, distribuídos nos segmentos rurais, urbanos e corporativos, bem como 113 agentes de microcrédito qualificados e alinhados com a missão social do BANDES.

### 4.3. Gerir prazos de tramitação

O BANDES deu continuidade às ações relacionadas à redução do prazo de tramitação das solicitações de financiamento. Entre tantas, a revisão da documentação exigida para cadastro, alterações de procedimentos e implantação de novas funcionalidades no sistema corporativo.

Ao longo de 2017 os prazos de tramitação das propostas de financiamento com a estratégia “excelência operacional”, foram acompanhados, tendo como métrica as metas institucionais. Para a melhoria dos índices de tramitação, toda a equipe, das fases de conformidade e análise, bem como a rede de parceiros consultores foram orientados quanto aos prazos máximos de propostas de financiamento com alguma pendência para que as mesmas fossem solucionadas de forma mais tempestiva.

### 4.4. Gerir riscos

No 1º semestre de 2017, as ações de gerenciamento de riscos e controles internos se concentraram, principalmente, nos estudos e desenvolvimento de ferramentas, com vistas às adequações necessárias à Resolução CMN nº 4.557/17 (Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos), na elaboração e implantação da Política de Sucessão de Administradores (Res. BACEN nº 4.538/16), no apoio à definição da Política de Sucessão de Administradores (Res. BACEN nº 4.538/16), do fluxo e operacionalização do Canal de Denúncias, e do Regimento Interno da Comissão de Ética. Além disso, foi dado prosseguimento à elaboração e desenvolvimento das diretrizes, parâmetros e procedimentos do Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) e elaborado projeto para implementação da Política de Relacionamento com Cliente (Res. BACEN nº 4.539/16).

Ao longo do 2º semestre, foram intensificados os estudos visando à readequação da estrutura de riscos e *compliance* e controles internos da instituição, culminando com a aprovação pelo Conselho de Administração da segregação das funções de controles internos, *compliance* e risco operacional das de gerenciamento dos demais riscos, entre a Gerência de *Compliance* e Controles Internos – GERCO e a Gerência de Riscos – GERIS. A Política de Controles Internos e *Compliance* foi revisada, para adequação aos requisitos da Resolução CMN nº 4.595/17. O BANDES aprovou também sua Política de Relacionamento com Clientes, em observância à Resolução CMN nº 4.539/16 e iniciou os estudos para elaboração da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Instituição.

Em relação à concentração da Carteira de Crédito, merece destaque a redução da participação da cultura de café, a atividade com maior representatividade, de 46,8%, em dezembro de 2016, para 42,5%, do total, em dezembro de 2017. A redução de participação não se deu apenas em termos relativos, mas também absolutos: o saldo da atividade era de R\$ 509 milhões (dez/16) e encerrou o ano de 2017 com R\$ 468,2 milhões.

A Carteira de Crédito do BANDES encerrou o ano totalizando R\$ 1,1 bilhão, composta por 88,6% de contratos que possuem classificação de risco AA, A, B ou C. Nesse período, houve a recuperação de R\$ 54,8 milhões de créditos inscritos em prejuízo. A inadimplência, acima de 60 dias, encerrou em 9,1% e, a superior a 90 dias, em 6,7%.

## 5. PESSOAS E RECURSOS

O banco encerrou o ano de 2017, com 171 colaboradores, 95% destes com formação superior completa, dos quais 35% com pós-graduação.

Foi realizado um PDV - Programa de Desligamento Voluntário, com o objetivo de reduzir o valor de despesas administrativas relacionadas à pessoal, principalmente de colaboradores com vínculo de trabalho com o BANDES superior a 30 (trinta) anos para mulheres e 35 (trinta e cinco) anos para homens, observando regras definidas pela Diretoria Executiva do BANDES e aprovadas por seu Conselho de Administração. Com as 26 adesões efetivadas, esse programa permitirá uma redução de 21% nas despesas de pessoal.

### 5.1. Desenvolver competências organizacionais e individuais

Quanto ao objetivo de desenvolver as pessoas nas competências organizacionais iniciamos o ciclo 2017 da Gestão das Competências. No primeiro semestre foram realizados workshops para entendimento dos conceitos e, no segundo semestre, foi aplicada a avaliação de competências.

Totalizamos ao longo de todo o ano, cerca de 5.000 horas em treinamentos de curta duração e, investimos em três cursos de longa duração (MBA), com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional e institucional.

### 5.2. Gerir clima organizacional

O programa de qualidade de vida no trabalho “BANDES Viva Bem” em 2017 promoveu ações com foco na prevenção de doenças, incentivos a atividade física, eventos de integração e ações solidárias.

Foi realizada a Pesquisa de Clima em toda a Instituição com divulgação do resultado para os colaboradores e apresentação de ações para 2018 perante o diagnóstico organizacional.

Também foi realizado, o Ciclo 2017 de Gestão de Desempenho, oportunizando ao colaborador assumir desafios perante as metas técnicas definidas individualmente, e ainda, possibilitando o crescimento profissional em questões comportamentais.

### 5.3. Disponibilizar tecnologia da informação adequada

Nesse ano, a Gerência de Tecnologia do BANDES realizou atividades objetivando atender a demanda corrente e preparar-se para novas demandas decorrentes do Plano Estratégico “BANDES Rumo à Excelência – 2017/2022”.

Foram adquiridos novo firewall, um novo ATL (robô de backup) e novos switches de acesso, além de melhorias estruturais no CPD do banco. Foi elaborado o Plano de Gestão de Mudança de TI. Novidades nos sistemas foram implementadas, no intuito de otimizar o trabalho dos colaboradores, entre elas: novas funções para atendimento a demandas de renegociações, nova forma de emissão de avisos de vencimento, além de atendimento às demandas legais do BNDES e BACEN.

Novo site entrou no ar, mais dinâmico, intuitivo e com visual mais moderno, garantindo maior interatividade com clientes e consultores. E, também, é adequado aos diferentes dispositivos móveis, como tablets e smartphones.

O primeiro aplicativo BANDES foi lançado. Permite aos seus usuários, sejam clientes, potenciais clientes ou consultores, acesso mais facilitado às informações do banco, como simulações de financiamento, rede de consultores, contatos do BANDES, entre outras informações.

## 6. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO

| INDICADORES  | 2017      | 2016      | Varição % |
|--|-----------|-----------|-----------|
| <b>OPERACIONAIS</b>  |           |           |           |
| 1. Investimento Total Aprovado (R\$ mil).....  | 188.616   | 178.740   | 5,5       |
| Setor Primário .....   | 67.974    | 107.590   | (36,8)    |
| Setor Secundário .....   | 24.832    | 22.354    | 11,1      |
| Setor Terciário .....  | 95.809    | 48.796    | 96,3      |
| 2. Número de Operações Aprovadas .....   | 2.861     | 3.082     | (7,2)     |
| Micro e Pequenas .....   | 2.838     | 3.060     | (7,3)     |
| Médias e Grandes.....  | 23        | 22        | 4,5       |
| 3. Liberação de Operações de Crédito (R\$ mil) .....                                 | 165.571   | 170.557   | (2,9)     |
| 4. Liberação de Apoios Financeiros de Fundos (R\$ mil).....                          | 395.453   | 427.721   | (7,5)     |
| FUNDAP Financiamento (R\$ mil).....  | 392.783   | 422.571   | (7,0)     |
| Outros (R\$ mil).....  | 2.671     | 5.149     | (48,1)    |
| 5. Saldo de Operações de Crédito (R\$ mil).....                                      | 1.100.627 | 1.087.208 | 1,3       |
| 6. Nº de Contratos Ativos.....   | 34.468    | 29.583    | 16,5      |
| 7. Nº de Clientes Ativos .....   | 24.529    | 24.571    | 5,9       |
| <b>FINANCEIROS</b>   |           |           |           |
| 1. Lucro Líquido (R\$ mil).....  | 7.566     | 2.563     | 195,2     |
| 2. Patrimônio Líquido (R\$ mil).....   | 469.644   | 423.106   | 11,0      |
| 3. Rentabilidade do PL (%).....  | 1,61      | 0,61      | 166,0     |
| 4. Índice de Eficiência (%) .....  | 75,8      | 91,5      | (17,2)    |
| 5. Índice de Inadimplência (Atraso a partir de 90 dias/ Saldo da Carteira) (%) ..... | 6,7       | 6,4       | 5,0       |

## 7. NOTAS

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado, da Diretoria e dos colaboradores, com as demais instituições públicas do estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável, uma construção coletiva, aconteça.

Por fim e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01,o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Vitória - ES, 15 de março de 2018.

**Conselho de Administração  
e Diretoria Executiva**

## BALANÇO PATRIMONIAL – Em Reais mil

| ATIVO   | 2017             | 2016             | PASSIVO  | 2017             | 2016             |
|---|------------------|------------------|--|------------------|------------------|
| <b>CIRCULANTE</b> .....   | <b>581.437</b>   | <b>530.393</b>   | <b>CIRCULANTE</b> .....  | <b>315.545</b>   | <b>337.718</b>   |
| <b>DISPONIBILIDADES</b> (Nota 4) .....  | <b>112</b>       | <b>288</b>       | <b>DEPÓSITOS</b> (Nota 14).....  | <b>21.102</b>    | <b>22.212</b>    |
| <b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b> .....  | <b>260.717</b>   | <b>284.050</b>   | Depósitos à Vista .....  | 9.332            | 10.847           |
| Aplicações no Mercado Aberto .....  | 122.943          | 67.297           | Depósitos a Prazo .....  | 11.770           | 11.365           |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Notas 3.d e 5).....                                     | 137.774          | 216.753          | <b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b><br>(Nota 15)..... | <b>207.657</b>   | <b>199.434</b>   |
| <b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC.</b><br><b>DERIVATIVOS</b> (Notas 3.e e 7) ..... | <b>55.317</b>    | <b>11.352</b>    | BNDES .....  | 178.389          | 175.695          |
| Carteira Própria .....  | 55.317           | 11.352           | FINEP .....  | 777              | 553              |
| <b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b> (Nota 6) .....   | -                | <b>2.368</b>     | Outras Instituições .....  | 28.491           | 23.186           |
| Repasse interfinanceiros.....   | -                | 2.368            | <b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b> (Nota 16) .....   | <b>86.786</b>    | <b>116.072</b>   |
| <b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b> (Notas 3.f e 8).....  | <b>238.055</b>   | <b>205.409</b>   | Cobranças e Arrecadação de Tributos e Assemelhados .....                         | 120              | 120              |
| Operações de Crédito .....  | 256.899          | 218.795          | Sociais e Estatutárias .....   | 7.238            | 1.284            |
| Setor Público .....   | 9.312            | 8.796            | Fiscais e Previdenciárias (Nota 16.a) .....                                      | 11.667           | 3.462            |
| Setor Privado .....   | 247.587          | 209.999          | Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 16.b) .....                        | 35.788           | 47.306           |
| (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 8.f).....                                   | (18.844)         | (13.386)         | Diversas .....   | 31.973           | 63.900           |
| <b>OUTROS CRÉDITOS</b> (Nota 9).....  | <b>14.720</b>    | <b>14.312</b>    | <b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b> .....  | <b>735.508</b>   | <b>779.033</b>   |
| Rendas a Receber .....  | 2.493            | 3.180            | <b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b><br>(Nota 15)..... | <b>601.543</b>   | <b>656.186</b>   |
| Créditos Específicos.....   | 205              | 205              | BNDES .....  | 542.434          | 595.127          |
| Diversos .....  | 13.500           | 12.426           | FINEP .....  | 3.988            | 2.324            |
| (Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa).....                                      | (1.478)          | (1.499)          | Outras Instituições .....  | 55.121           | 58.735           |
| <b>OUTROS VALORES E BENS</b> .....  | <b>12.516</b>    | <b>12.614</b>    | <b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b> (Nota 16) .....   | <b>133.965</b>   | <b>122.847</b>   |
| Outros Valores e Bens (Nota 10.a) .....   | 14.387           | 14.208           | Fiscais e Previdenciárias (Nota 16.a) .....                                      | 3.586            | 7.027            |
| (Provisão para Desvalorizações).....  | (1.970)          | (1.690)          | Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 16.b) .....                        | 130.379          | 115.820          |
| Despesas Antecipadas (Notas 3.g e 10.b) .....   | 99               | 96               | <b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b> .....                                    | <b>1</b>         | <b>2</b>         |
| <b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....   | <b>931.746</b>   | <b>996.893</b>   | Resultados de Exercícios Futuros.....  | 1                | 2                |
| <b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC.</b><br><b>DERIVATIVOS</b> (Notas 3.e e 7) ..... | <b>105.689</b>   | <b>146.068</b>   | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....  | <b>469.644</b>   | <b>423.106</b>   |
| Carteira Própria .....  | 105.689          | 146.068          | Capital:   |                  |                  |
| <b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b> (Notas 3.f e 8).....  | <b>782.877</b>   | <b>811.747</b>   | De Domiciliados no País (Nota 17.a).....   | 407.448          | 359.705          |
| Operações de Crédito .....  | 840.204          | 864.772          | Reservas de Capital (Nota 17.b).....   | 11.639           | -                |
| Setor Público .....   | 48.068           | 55.184           | Reservas de Lucros (Nota 17.c) .....   | 64.634           | 63.864           |
| Setor Privado .....   | 792.136          | 809.588          | (Ações em Tesouraria).....   | (14.077)         | (463)            |
| (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 8.f).....                                   | (57.327)         | (53.025)         |  |                  |                  |
| <b>OUTROS CRÉDITOS</b> (Nota 9).....  | <b>43.180</b>    | <b>39.048</b>    |  |                  |                  |
| Diversos .....  | 43.193           | 39.127           |  |                  |                  |
| (Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa).....                                      | (13)             | (79)             |  |                  |                  |
| <b>OUTROS VALORES E BENS</b> .....  | -                | <b>30</b>        |  |                  |                  |
| Despesas Antecipadas (Notas 3.g e 10.b) .....   | -                | 30               |  |                  |                  |
| <b>PERMANENTE</b> .....   | <b>7.515</b>     | <b>12.573</b>    |  |                  |                  |
| <b>INVESTIMENTOS</b> (Nota 11).....   | <b>38</b>        | <b>3.042</b>     |  |                  |                  |
| Outros Investimentos .....  | 75               | 3.079            |  |                  |                  |
| (Provisões para Perdas) .....   | (37)             | (37)             |  |                  |                  |
| <b>IMOBILIZADO DE USO</b> (Nota 12) .....   | <b>2.246</b>     | <b>2.593</b>     |  |                  |                  |
| Imóveis de Uso.....   | 4.056            | 4.042            |  |                  |                  |
| Outras Imobilizações de Uso.....  | 10.997           | 10.527           |  |                  |                  |
| (Depreciações Acumuladas) .....   | (12.807)         | (11.976)         |  |                  |                  |
| <b>INTANGÍVEL</b> (Notas 3.h.3 e 13).....   | <b>5.231</b>     | <b>6.938</b>     |  |                  |                  |
| Ativos Intangíveis .....  | 47.633           | 29.554           |  |                  |                  |
| (Amortizações Acumuladas) .....   | (42.402)         | (22.616)         |  |                  |                  |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b> .....   | <b>1.520.698</b> | <b>1.539.859</b> | <b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....  | <b>1.520.698</b> | <b>1.539.859</b> |



## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

|  | 2º SEM/<br>2017 | 2017            | 2016            |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| <b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>                            | <b>97.950</b>   | <b>158.421</b>  | <b>130.298</b>  |
| Operações de Crédito (Nota 8.g).....                                       | 80.298          | 116.049         | 74.583          |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários .....             | 17.652          | 42.372          | 55.715          |
| <b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA .....</b>                           | <b>(29.069)</b> | <b>(85.618)</b> | <b>(77.594)</b> |
| Operações de Captação no Mercado .....                                     | (72)            | (187)           | (349)           |
| Operações de Empréstimos e Repasses.....                                   | (11.059)        | (23.221)        | (23.029)        |
| Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa.....                         | (17.938)        | (62.210)        | (54.216)        |
| <b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA .....</b>                    | <b>68.881</b>   | <b>72.803</b>   | <b>52.704</b>   |
| <b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS .....</b>                         | <b>(23.587)</b> | <b>(57.171)</b> | <b>(51.673)</b> |
| Receitas de Prestação de Serviços (Nota 27.b) .....                        | 4.576           | 7.650           | 2.488           |
| Rendas de Tarifas Bancárias .....  | 1.686           | 2.569           | 1.758           |
| Despesas de Pessoal (Nota 27.c) .....                                      | (22.110)        | (48.613)        | (39.287)        |
| Outras Despesas Administrativas (Nota 27.d).....                           | (9.011)         | (18.448)        | (17.992)        |
| Despesas Tributárias (Nota 27.e) .....                                     | (2.527)         | (5.086)         | (5.042)         |
| Outras Receitas Operacionais (Nota 27.f) .....                             | 4.717           | 14.868          | 9.273           |
| Outras Despesas Operacionais (Nota 27.g) .....                             | (918)           | (10.111)        | (2.871)         |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL .....</b>   | <b>45.294</b>   | <b>15.632</b>   | <b>1.031</b>    |
| <b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 27.h).....</b>                          | <b>303</b>      | <b>(124)</b>    | <b>479</b>      |
| <b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES .....</b>        | <b>45.597</b>   | <b>15.508</b>   | <b>1.510</b>    |
| <b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b><br>(Notas 3.j e 16.a.1)..... | <b>(17.928)</b> | <b>(7.942)</b>  | <b>1.053</b>    |
| Provisão para Imposto de Renda.....  | (6.548)         | (6.548)         | (157)           |
| Provisão para Contribuição Social.....                                     | (5.544)         | (5.544)         | (205)           |
| Ativo Fiscal Diferido (Notas 3.k e 16 a.2).....                            | (5.836)         | 4.150           | 1.415           |
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO .....</b>                                      | <b>27.669</b>   | <b>7.566</b>    | <b>2.563</b>    |
| <b>JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 17.d) .....</b>                       | <b>7.188</b>    | <b>7.188</b>    | <b>716</b>      |
| Lucro por lote de mil Ações - R\$ .....                                    | R\$ 1,04        | R\$ 0,28        | R\$ 0,01        |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO - Em Reais mil

|  | 2º SEM/<br>2017 | 2017            | 2016            |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| <b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>   |                 |                 |                 |
| <b>LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL.....</b>                  | <b>45.597</b>   | <b>15.508</b>   | <b>2.563</b>    |
| Imposto de Renda e Contribuição Social.....                              | (12.092)        | (12.092)        | (362)           |
| Ativo Fiscal Diferido .....  | (5.836)         | 4.150           | 1.415           |
| Depreciações e Amortizações .....  | 2.057           | 4.416           | 5.267           |
| Provisão para Perdas/Desvalorizações.....                                | 208             | 393             | 1.894           |
| Reversão de Provisões.....   | (24)            | (113)           | (1.935)         |
| <b>Lucro Líquido Ajustado.....</b>                                       | <b>29.910</b>   | <b>12.262</b>   | <b>8.842</b>    |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez .....                            | 27.624          | 23.334          | 41.816          |
| Títulos e Valores Mobiliários .....                                      | 2.602           | (3.586)         | (88.482)        |
| Relações Interfinanceiras e Interdependências .....                      | -               | 2.367           | 11.915          |
| Operações de Crédito .....   | (53.726)        | (3.776)         | (18.060)        |
| Outros Créditos.....   | 6.784           | (4.541)         | 9.854           |
| Outros Valores e Bens.....   | 44              | 27              | 242             |
| Outras Obrigações .....  | 7.636           | (18.187)        | (69.477)        |
| Resultado de Exercícios Futuros .....                                    | (1)             | (2)             | 2               |
| Depósitos.....   | 800             | (1.110)         | (4.899)         |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses.....                               | (14.913)        | (46.419)        | 41.281          |
| <b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....</b> | <b>(23.150)</b> | <b>(51.893)</b> | <b>(75.808)</b> |
| <b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>                                       |                 |                 |                 |
| Alienação de Bens Não de Uso Próprio .....                               | 9.417           | 11.197          | 1.332           |
| Aquisição de Bens Não de Uso Próprio .....                               | (10.632)        | (11.377)        | (3.557)         |
| Aplicação no Intangível .....  | (1.141)         | (1.876)         | (745)           |
| Inversões em Imobilizado de Uso.....                                     | (455)           | (484)           | (252)           |
| Inversões em Investimentos .....   | -               | 1.047           | -               |
| <b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS ...</b>             | <b>(2.811)</b>  | <b>(1.493)</b>  | <b>(3.222)</b>  |
| <b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>                                      |                 |                 |                 |
| Integralização de capital.....   | -               | 47.743          | 70.000          |
| Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados.....     | (7.188)         | (6.795)         | (673)           |
| <b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS.....</b>                     | <b>(7.188)</b>  | <b>40.948</b>   | <b>69.327</b>   |
| <b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....</b>    | <b>(3.239)</b>  | <b>(176)</b>    | <b>(188)</b>    |
| <b>MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS .....</b>                   |                 |                 |                 |
| Início do Período .....  | 3.351           | 288             | 476             |
| Fim do Período (Notas 3.c e 4) .....                                     | 112             | 112             | 288             |
| <b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....</b>    | <b>(3.239)</b>  | <b>(176)</b>    | <b>(188)</b>    |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

| EVENTOS                                     | CAPITAL SOCIAL | AUMENTO DE CAPITAL | RESERVA DE CAPITAL | RESERVAS DE LUCROS |                     | LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS | AÇÕES EM TESOURARIA | TOTAL          |
|---|----------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------|--------------------------------|---------------------|----------------|
|   |                |                    |                    | RESERVA LEGAL      | RESERVA ESTATUTÁRIA |                                |                     |                |
| <b>SALDO EM 30/06/2017 .....</b>            | <b>407.448</b> | <b>-</b>           | <b>11.639</b>      | <b>4.813</b>       | <b>59.443</b>       | <b>(20.103)</b>                | <b>(14.077)</b>     | <b>449.163</b> |
| Lucro do período.....                       | -              | -                  | -                  | -                  | -                   | 27.669                         | -                   | 27.669         |
| <b>DESTINAÇÕES</b>                          |                |                    |                    |                    |                     |                                |                     |                |
| Reservas .....                              | -              | -                  | -                  | 378                | -                   | (378)                          | -                   | -              |
| Dividendos/JSCP.....                        | -              | -                  | -                  | -                  | -                   | (7.188)                        | -                   | (7.188)        |
| <b>SALDO EM 31/12/2017 .....</b>            | <b>407.448</b> | <b>-</b>           | <b>11.639</b>      | <b>5.191</b>       | <b>59.443</b>       | <b>-</b>                       | <b>(14.077)</b>     | <b>469.644</b> |
| <b>Mutações do 2º Semestre - 2017 .....</b> | <b>-</b>       | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>378</b>         | <b>-</b>            | <b>20.103</b>                  | <b>-</b>            | <b>20.481</b>  |
| <b>SALDO EM 31/12/2015 .....</b>            | <b>206.076</b> | <b>83.629</b>      | <b>-</b>           | <b>4.685</b>       | <b>57.288</b>       | <b>-</b>                       | <b>(463)</b>        | <b>351.215</b> |
| Aumento de Capital.....                     | 153.629        | (83.629)           | -                  | -                  | -                   | -                              | -                   | 70.000         |
| Lucro do período .....                      | -              | -                  | -                  | -                  | -                   | 2.563                          | -                   | 2.563          |
| Dividendos/JSCP Prescritos.....             | -              | -                  | -                  | -                  | 44                  | -                              | -                   | 44             |
| <b>DESTINAÇÕES</b>                          |                |                    |                    |                    |                     |                                |                     |                |
| Reservas .....                              | -              | -                  | -                  | 128                | 1.719               | (1.847)                        | -                   | -              |
| Dividendos/JSCP.....                        | -              | -                  | -                  | -                  | -                   | (716)                          | -                   | (716)          |
| <b>SALDO EM 31/12/2016 .....</b>            | <b>359.705</b> | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>4.813</b>       | <b>59.051</b>       | <b>-</b>                       | <b>(463)</b>        | <b>423.106</b> |
| <b>Mutações do Exercício - 2016 .....</b>   | <b>153.629</b> | <b>(83.629)</b>    | <b>-</b>           | <b>128</b>         | <b>1.763</b>        | <b>-</b>                       | <b>-</b>            | <b>71.891</b>  |
| <b>SALDO EM 31/12/2016 .....</b>            | <b>359.705</b> | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>4.813</b>       | <b>59.051</b>       | <b>-</b>                       | <b>(463)</b>        | <b>423.106</b> |
| Ações em Tesouraria.....                    | -              | -                  | -                  | -                  | -                   | -                              | (13.614)            | (13.614)       |
| Aumento de capital .....                    | 47.743         | -                  | -                  | -                  | -                   | -                              | -                   | 47.743         |
| Lucro do período.....                       | -              | -                  | -                  | -                  | -                   | 7.566                          | -                   | 7.566          |
| Dividendos/JSCP Prescritos.....             | -              | -                  | -                  | -                  | 392                 | -                              | -                   | 392            |
| <b>DESTINAÇÕES</b>                          |                |                    |                    |                    |                     |                                |                     |                |
| Reservas .....                              | -              | -                  | 11.639             | 378                | -                   | (378)                          | -                   | 11.639         |
| Dividendos/JSCP.....                        | -              | -                  | -                  | -                  | -                   | (7.188)                        | -                   | (7.188)        |
| <b>SALDO EM 31/12/2017 .....</b>            | <b>407.448</b> | <b>-</b>           | <b>11.639</b>      | <b>5.191</b>       | <b>59.443</b>       | <b>-</b>                       | <b>(14.077)</b>     | <b>469.644</b> |
| <b>Mutações do Exercício - 2017 .....</b>   | <b>47.743</b>  | <b>-</b>           | <b>11.639</b>      | <b>378</b>         | <b>392</b>          | <b>-</b>                       | <b>(13.614)</b>     | <b>46.538</b>  |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

Apresentamos as notas explicativas integrantes do conjunto das demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, em face do encerramento do exercício social de 2017 em comparação com o exercício social de 2016. Valores expressos em milhares de reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES é uma entidade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo. Está domiciliado na Avenida Princesa Isabel, 54 - Edifício Caparaó, Centro – Vitória – ES.

**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e da Comissão dos Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Na preparação destas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas, na mensuração de perdas com operações de crédito; na definição do valor justo de determinados instrumentos financeiros; em provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e na determinação da vida útil de determinados ativos.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 15 de março de 2018.

**NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS****a) Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações contábeis estão elaboradas em Real (R\$), moeda funcional e de apresentação do BANDES.

**b) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, são utilizados pelo banco para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Para fins de comparabilidade os valores de 2016, foram reclassificados para apresentação em relação a 2017. (Nota 4)

**d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

**e) Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.
- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

O valor de mercado é estabelecido com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os títulos e valores mobiliários do BANDES são classificados, em sua integralidade, na categoria "mantidos até o vencimento". (Nota 7)

**f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa.**

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

- Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo);
- A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (*accruals*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), nesta situação, o reconhecimento em receitas ocorre somente no efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As operações de crédito baixadas contra a provisão e registradas em contas de compensação renegociadas são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, a reclassificação da operação para categoria de menor risco somente é admitida na ocorrência de amortização significativa ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

As operações em atraso classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, descritos anteriormente.

A avaliação periódica da Administração considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99 para atribuição dos níveis de classificação do cliente, da seguinte forma:

| Período de Atraso                | Classificação do Cliente |
|----------------------------------|--------------------------|
| Sem atraso.....                  | AA                       |
| Até 14 dias.....                 | A                        |
| De 15 a 30 dias de atraso.....   | B                        |
| De 31 a 60 dias de atraso.....   | C                        |
| De 61 a 90 dias de atraso.....   | D                        |
| De 91 a 120 dias de atraso.....  | E                        |
| De 121 a 150 dias de atraso..... | F                        |
| De 151 a 180 dias de atraso..... | G                        |
| Superior a 180 dias.....         | H                        |

Segundo o artigo 5º da Resolução CMN nº 2.697/00, que alterou a Resolução CMN nº 2.682/99, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos na tabela anterior.

**g) Despesas antecipadas**

Compreendem pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. O registro é efetuado no ativo e o reconhecimento no resultado obedece ao princípio da competência. Esse grupo de contas é composto basicamente por despesas com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros. (Nota 10.b)

**h) Permanente**

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior, de acordo com as normas vigentes. Subdivide-se em:

**h.1) Investimentos**

Estão representados em sua maioria pelos recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 11)

**h.2) Imobilizado**

É representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. O imobilizado está atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, líquido da respectiva depreciação, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação é calculada pelo método linear, com a aplicação das seguintes taxas anuais: imóveis de uso – edificações 8%, sistema de transportes, processamento de dados e comunicação 20%, e demais itens 10%. Os ganhos e as perdas na alienação do imobilizado são reconhecidos em Resultado não operacional.

**h.3) Intangível**

O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção das operações da entidade ou exercidos com essa finalidade. Está composto basicamente de softwares e é amortizado pelo método linear em até cinco anos ou de acordo com os prazos contratuais. Os ganhos e perdas de alienação do intangível são reconhecidos em resultado não operacional.

**i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

- Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas.
- Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

**j) Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% (quinze por cento) do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% (dez por cento).

A Lei nº 13.169/15 elevou para 20% (vinte por cento) a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido durante o período de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

**k) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias dedutíveis em exercícios futuros e foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, e, registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo será revisado no final de cada período de relatório e terá seu valor contábil reduzido na medida em que não seja mais provável obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução será revertida na medida em que ser tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Em decorrência da alteração da alíquota da contribuição social, o BANDES constituiu um complemento de crédito tributário, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com estudo técnico realizado.

**l) Outros ativos e passivos**

Os outros ativos foram evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base *pró-rata die*) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pró-rata die*).

**m) Redução ao valor recuperável de ativos**

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valores que não excedam aos valores de recuperação.

No exercício de 2017 não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

**n) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. Dividem-se em eventos que originam ajustes, pois evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e eventos que não originam ajustes, porque evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

**NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

|  | R\$ mil        |                |
|--|----------------|----------------|
|  | 2017           | 2016           |
| Moeda Nacional (caixa).....                | 1              | 1              |
| Moeda Nacional (depósitos bancários) ..... | 111            | 287            |
| Disponibilidades.....                      | 112            | 288            |
| Depósitos Interfinanceiros .....           | 137.774        | 216.753        |
| Aplicações no Mercado Aberto .....         | 122.943        | 67.297         |
| <b>Total</b> .....                         | <b>260.829</b> | <b>284.338</b> |

**NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

|  | R\$ mil             |               |                  |                |
|--|---------------------|---------------|------------------|----------------|
|  | Prazo de vencimento |               |                  |                |
|  | 1 a 30 dias         | 31 a 90 dias  | Acima de 91 dias | Total          |
| Depósitos Interfinanceiros (1)         |                     |               |                  |                |
| Empresas Ligadas (BANESTES S/A) .....  | 535                 | -             | -                | 535            |
| Empresas Não Ligadas .....             | 56.429              | 60.788        | 20.022           | 137.239        |
| Aplicações no Mercado Aberto (2) ..... | 122.943             |               |                  | 122.943        |
| <b>Total 2017</b> .....                | <b>179.907</b>      | <b>60.788</b> | <b>20.022</b>    | <b>260.717</b> |
| <b>Total 2016</b> .....                | <b>114.369</b>      | <b>77.103</b> | <b>92.578</b>    | <b>284.050</b> |

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

**NOTA 6 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**

|   | R\$ mil |              |
|---|---------|--------------|
|   | 2017    | 2016         |
| <b>Repasse Interfinanceiros</b>           |         |              |
| BANESTES S/A - Repasse NOSSOCREDITO ..... | -       | 2.368        |
| <b>Total</b> .....                        | -       | <b>2.368</b> |

Repasse Interfinanceiro de R\$ 30 milhões disponibilizados ao Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES S/A para aplicação exclusiva nos Programas de Microcrédito do Governo Estadual, NOSSOCRÉDITO e CREDITAR, por meio de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado em 24 de junho de 2014. A operação foi liquidada no 1º semestre de 2017.

**NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

São classificados, em sua integralidade, na categoria mantidos até o vencimento. (Nota 3.e)

|                                     | R\$ mil       |                |                   |                |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------------------|----------------|
|                                     | 31 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | Total          |
| <b>Títulos Públicos - Brasil*</b>   |               |                |                   |                |
| Letras Financeiras do Tesouro ..... | 30.738        | 24.579         | 104.973           | 160.290        |
| FGI - Fundo Garantidor .....        | -             | -              | 100               | 100            |
| Criatec 3 - FIP .....               | -             | -              | 616               | 616            |
| <b>Total 2017</b> .....             | <b>30.738</b> | <b>24.579</b>  | <b>105.689</b>    | <b>161.006</b> |
| <b>Total 2016</b> .....             | <b>2.365</b>  | <b>8.987</b>   | <b>146.068</b>    | <b>157.420</b> |

\*Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

**NOTA 8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, cuja remuneração básica, em sua maioria, é constituída da aplicação de índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

**a) Carteira de crédito por tipo de operação**

|   | R\$ mil          |            |                  |            |
|---|------------------|------------|------------------|------------|
|   | 2017             |            | 2016             |            |
|   | Valor            | %          | Valor            | %          |
| Empréstimos.....                                      | 121.759          | 11         | 71.793           | 6          |
| Financiamentos .....                                  | 116.107          | 10         | 108.354          | 10         |
| Financiamentos rurais e agroindustriais .....         | 801.858          | 73         | 839.441          | 77         |
| Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento ..... | 57.380           | 5          | 63.979           | 6          |
| <b>Subtotal</b> .....                                 | <b>1.097.104</b> | <b>99</b>  | <b>1.083.567</b> | <b>99</b>  |
| Outros créditos *                                     | 3.523            | 1          | 3.641            | 1          |
| <b>Total das operações de créditos</b> .....          | <b>1.100.627</b> | <b>100</b> | <b>1.087.208</b> | <b>100</b> |

\* Refere-se ao saldo de devedores por compras de valores e bens, com característica de concessão de crédito. (Nota 9)

**b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores**

|   | R\$ mil          |            |                  |            |
|---|------------------|------------|------------------|------------|
|   | 2017             |            | 2016             |            |
|   | Valor            | %          | Valor            | %          |
| 10 maiores devedores.....                   | 117.207          | 11         | 106.598          | 10         |
| 50 seguintes maiores devedores .....        | 98.710           | 9          | 73.813           | 7          |
| 100 seguintes maiores devedores.....        | 45.761           | 4          | 40.345           | 4          |
| Demais devedores.....                       | 838.949          | 76         | 866.452          | 79         |
| <b>Total das operações de crédito</b> ..... | <b>1.100.627</b> | <b>100</b> | <b>1.087.208</b> | <b>100</b> |

**c) Carteira de crédito por vencimento das operações**

|  | 2017             |            | 2016             |            |
|--|------------------|------------|------------------|------------|
|  | Valor            | %          | Valor            | %          |
| <b>Parcelas vencidas a partir de 15 dias</b> ..... | <b>30.983</b>    | <b>3</b>   | <b>29.471</b>    | <b>3</b>   |
| <b>A vencer</b> .....                              | <b>1.069.644</b> | <b>97</b>  | <b>1.057.737</b> | <b>97</b>  |
| Até 3 meses.....                                   | 90.266           | 8          | 62.637           | 6          |
| De 3 meses a 12 meses .....                        | 136.493          | 12         | 204.905          | 19         |
| Acima de 12 meses.....                             | 842.885          | 77         | 790.195          | 72         |
| <b>Total das operações de crédito</b> .....        | <b>1.100.627</b> | <b>100</b> | <b>1.087.208</b> | <b>100</b> |

**d) Carteira de crédito por setor de atividade**

|   | 2017             |            | 2016             |            |
|---|------------------|------------|------------------|------------|
|   | Valor            | %          | Valor            | %          |
| <b>Setor privado</b> .....                  | <b>1.043.247</b> | <b>95</b>  | <b>1.023.228</b> | <b>94</b>  |
| Rural .....                                 | 53.498           | 5          | 33.936           | 3          |
| Indústria.....                              | 78.802           | 7          | 63.206           | 6          |
| Comércio .....                              | 73.365           | 7          | 44.546           | 4          |
| Outros serviços.....                        | 79.412           | 7          | 71.132           | 7          |
| Pessoas físicas.....                        | 758.170          | 69         | 810.408          | 74         |
| <b>Setor público</b> .....                  | <b>57.380</b>    | <b>5</b>   | <b>63.980</b>    | <b>6</b>   |
| Administração direta municipal .....        | 57.380           | 5          | 63.980           | 6          |
| <b>Total das operações de crédito</b> ..... | <b>1.100.627</b> | <b>100</b> | <b>1.087.208</b> | <b>100</b> |

**e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco**

|                    | 2017           |                   |                  |                 |                  |                 |
|--------------------|----------------|-------------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|
|                    | Níveis Risco   | % mínimo provisão | Curso normal     | Anormal*        | Total            | Provisão        |
| AA                 | 0              | 60.030            | -                | 60.030          | 0                | 65.882          |
| A                  | 0,5            | 622.019           | -                | 622.019         | (3.111)          | 589.993         |
| B                  | 1              | 180.255           | 24.095           | 204.350         | (2.043)          | 212.627         |
| C                  | 3              | 55.732            | 34.209           | 89.941          | (2.698)          | 106.513         |
| D                  | 10             | 19.049            | 8.907            | 27.956          | (2.846)          | 35.302          |
| E                  | 30             | 5.616             | 25.512           | 31.128          | (9.346)          | 16.595          |
| F                  | 50             | 2.233             | 8.323            | 10.556          | (5.329)          | 10.670          |
| G                  | 70             | 2.794             | 10.807           | 13.601          | (9.770)          | 17.416          |
| H                  | 100            | 10.378            | 30.668           | 41.046          | (41.046)         | 32.210          |
| <b>Total</b> ..... | <b>958.106</b> | <b>142.521</b>    | <b>1.100.627</b> | <b>(76.189)</b> | <b>1.087.208</b> | <b>(66.516)</b> |

\*Inclui parcelas vencidas e vincendas de contratos com atraso superior a 15 dias.

**f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

|                                    | 2017            | 2016            |
|------------------------------------|-----------------|-----------------|
| <b>Saldo inicial</b> .....         | <b>(66.516)</b> | <b>(49.918)</b> |
| Constituições .....                | (62.214)        | (54.370)        |
| Constituições .....                | (77.354)        | (60.032)        |
| Reversões .....                    | 15.140          | 5.662           |
| Transferências para prejuízo ..... | 52.541          | 37.772          |
| <b>Saldo final*</b> .....          | <b>(76.189)</b> | <b>(66.516)</b> |

\* O saldo final inclui R\$ 18 mil (R\$ 105 mil em 31 de dezembro de 2016) referentes à provisão para outros créditos de liquidação duvidosa com característica de concessão de crédito, correspondente ao título "Devedores por compra de valores e bens". (Nota 9).

**g) Créditos renegociados, lançados a prejuízos e recuperados**

|                           | 2017   | 2016   |
|---------------------------|--------|--------|
| Renegociados .....        | 78.046 | 19.910 |
| Lançados a prejuízo ..... | 52.541 | 37.772 |
| Recuperados.....          | 54.800 | 19.289 |

Na composição da rubrica créditos recuperados R\$ 54.800 (R\$ 19.289 em 31 de dezembro de 2016), destacam-se no exercício de 2017 R\$ 28.687 originados em operação de cessão de créditos registrados em prejuízo, realizada entre as instituições BANDES e FUNDES, nos termos da Lei estadual nº 10.764/17, que alterou a Lei estadual nº 10.262/14 e deliberação do Conselho de Administração do BANDES/Conselho Gestor do FUNDES, em reunião datada de 06/09/2017. A cessão é regida subsidiariamente pelos artigos 286 a 298 do Código Civil Brasileiro e Resolução CMN/BACEN nº 2.836/01.

O total cedido contribuiu para o incremento das receitas de recuperação de créditos componentes do grupo receitas de operações de créditos R\$ 116.049 (R\$ 74.583 em 31 de dezembro de 2016).

**NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS**

|  | 2017          | 2016          |
|--|---------------|---------------|
| Impostos compensados pendentes de homologação (1) .....              | 2.183         | 2.183         |
| Impostos e contribuições a compensar.....                            | -             | 5.047         |
| Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 17.a.3) ..... | 38.331        | 34.180        |
| Devedores por depósitos em garantia .....                            | 4.512         | 4.483         |
| Pagamentos a ressarcir (2) .....                                     | 7.793         | 1.644         |
| Rendas a receber (3) .....   | 2.494         | 3.180         |
| Devedores por compra de valores e bens .....                         | 3.523         | 3.641         |
| Outros .....   | 555           | 580           |
| Provisão para outros créditos (4) .....                              | (1.491)       | (1.578)       |
| <b>Total</b> .....   | <b>57.900</b> | <b>53.360</b> |
| Circulante.....  | 14.720        | 14.312        |
| Realizável a Longo Prazo .....                                       | 43.180        | 39.048        |

- (1) Imposto de renda e contribuição social pagos a maior nos exercícios sociais de 1997 a 2004, cuja compensação já realizada está em fase de homologação pela Secretaria da Receita Federal (por ainda não ter sido totalmente homologado foi registrado um passivo no valor de R\$ 2.183 mil. (Nota 17.a)
- (2) No título pagamentos a ressarcir destacam-se R\$ 6.175 referentes a recomposição de saldo de operações com BNDES.
- (3) A rubrica Rendas a Receber é composta de: Juros e encargos de mora, devidos pelo FUNDAP conforme previsto na Lei Estadual nº 2.508/70 R\$ 88 mil (R\$ 78 mil em 31 de dezembro de 2016), Rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF – Equalização de juros R\$ 2.404 mil (R\$ 3.102 mil em 31 de dezembro de 2016), Rendas a receber FUNDESUL R\$ 1 mil (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2016) e Rendas a receber Fundo Renova R\$ 1 mil ((R\$ 0 em 31 de dezembro de 2016).
- (4) A provisão para outros créditos refere-se à provisão para devedores por compra de valores e bens R\$ 17 mil (R\$ 104 mil em 31 de dezembro de 2016), a provisão para perdas em fundo de crédito rural diferenciado R\$ 1.269 mil (R\$ 1.269 mil em 31 de dezembro de 2016) e a provisão para perdas com outros créditos do Tesouro Nacional R\$ 205 mil (R\$ 205 mil em 31 de dezembro de 2016).

#### NOTA 10 - OUTROS VALORES E BENS

##### a) Outros valores e bens – Bens não de uso próprio

São compostos, sobretudo, pelos imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, ajustados por provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

|                                    | R\$ mil       |               |
|------------------------------------|---------------|---------------|
|                                    | 2017          | 2016          |
| Imóveis não de uso próprio .....   | 4.740         | 13.160        |
| Bens em regime especial.....       | 9.643         | 1.044         |
| Máquinas e equipamentos .....      | 4             | 4             |
| <b>Bens Não de Uso .....</b>       | <b>14.387</b> | <b>14.208</b> |
| Provisão para desvalorização ..... | (1.970)       | (1.690)       |
| <b>Total.....</b>                  | <b>12.417</b> | <b>12.518</b> |

##### b) Despesas antecipadas

Correspondem, basicamente, aos pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros R\$ 99 mil (R\$ 126 mil em 31 de dezembro de 2016).

|                                | R\$ mil   |            |
|--------------------------------|-----------|------------|
|                                | 2017      | 2016       |
| Circulante.....                | 99        | 96         |
| Realizável a Longo Prazo ..... | -         | 30         |
| <b>Total.....</b>              | <b>99</b> | <b>126</b> |

#### NOTA 11 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição atualizado até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

|   | R\$ mil   |              |
|---|-----------|--------------|
|   | 2017      | 2016         |
| Investimento por incentivos fiscais (1) ..... | 69        | 3.073        |
| Títulos patrimoniais .....                    | 1         | 1            |
| Bens artísticos .....                         | 5         | 5            |
| <b>Subtotal .....</b>                         | <b>75</b> | <b>3.079</b> |
| Provisão para perdas (2) .....                | (37)      | (37)         |
| <b>Total.....</b>                             | <b>38</b> | <b>3.042</b> |

- (1) Composição: R\$ 39 mil (R\$ 39 mil em dezembro de 2016) Certificados de Investimento – FINOR; R\$ 30 mil (R\$ 30 mil em dezembro de 2016) Certificados de Investimento – AUDIOVISUAL, e R\$ 0 (R\$ 3.004 mil em dezembro de 2016) Certificados de Investimento – FUNDES.

- (2) Provisão para Perdas em Certificados de Investimento – FINOR.

#### NOTA 12 - IMOBILIZADO DE USO

|  | R\$ mil       |                 |               |              |
|--|---------------|-----------------|---------------|--------------|
|  | Custo         | Depreciação     | Valor Líquido |              |
|  |               |                 | 2017          | 2016         |
| Terrenos.....                          | 189           | -               | 189           | 189          |
| Edificações .....                      | 3.866         | (3.415)         | 451           | 649          |
| Móveis e máquinas .....                | 2.807         | (2.403)         | 404           | 385          |
| Aparelhagens e sist. comunicação ..... | 346           | (307)           | 39            | 37           |
| Equipamentos de informática.....       | 7.657         | (6.537)         | 1.120         | 1.277        |
| Sistema de segurança.....              | 188           | (145)           | 43            | 56           |
| <b>Total.....</b>                      | <b>15.053</b> | <b>(12.807)</b> | <b>2.246</b>  | <b>2.593</b> |

#### NOTA 13 - INTANGÍVEL

|                                 | R\$ mil       |                 |               |              |
|---------------------------------|---------------|-----------------|---------------|--------------|
|                                 | Custo         | Amortização     | Valor Líquido |              |
|                                 |               |                 | 2017          | 2016         |
| Aquisição de software .....     | 4.620         | (4.013)         | 607           | 736          |
| Modernização SISBANDES.....     | 41.435        | (37.187)        | 4.248         | 5.973        |
| BI - Consultas .....            | 46            | (46)            | -             | -            |
| Ponto Eletrônico .....          | 11            | (11)            | -             | -            |
| Crédito Eletrônico.....         | 497           | (497)           | -             | -            |
| Site BANDES .....               | 991           | (643)           | 348           | 202          |
| Aplicativo para Celulares ..... | 33            | (5)             | 28            | 27           |
| <b>Total.....</b>               | <b>47.633</b> | <b>(42.402)</b> | <b>5.231</b>  | <b>6.938</b> |

O grupo Ativo Intangível está representado principalmente por gastos com aquisição, desenvolvimento e modernização dos sistemas operacionais. (Nota 3.h.3)

#### NOTA 14 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS

As rubricas "Depósitos à vista" e "Depósitos a prazo", referem-se, principalmente, às cauções oriundas das operações efetuadas com recursos FUNDAP. Os vencimentos dos "Depósitos a Prazo" são de até 30 dias.

|                   | R\$ mil       |               |
|-------------------|---------------|---------------|
|                   | 2017          | 2016          |
| <b>Depósitos</b>  |               |               |
| À vista .....     | 9.332         | 10.847        |
| A prazo .....     | 11.770        | 11.365        |
| <b>Total.....</b> | <b>21.102</b> | <b>22.212</b> |

#### NOTA 15 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

Correspondem às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo banco para financiamentos ao mercado, atualizadas, quando aplicável, de acordo com disposições legais e contratuais, com base em índices oficiais divulgados pelo Banco Central do Brasil, e vencimentos mensais conforme a seguir:

|                   | R\$ mil        |                 |                |                   |                |
|-------------------|----------------|-----------------|----------------|-------------------|----------------|
| Posições          | Até 3 meses    | De 3 a 12 meses | Até 12 meses   | Acima de 12 meses | Total          |
| BNDES.....        | 98.390         | 79.999          | 178.389        | 542.434           | <b>720.823</b> |
| FINEP .....       | 186            | 591             | 777            | 3.988             | <b>4.765</b>   |
| Outras .....      | 7.343          | 21.148          | 28.491         | 55.121            | <b>83.612</b>  |
| <b>2017 .....</b> | <b>105.919</b> | <b>101.738</b>  | <b>207.657</b> | <b>601.543</b>    | <b>809.200</b> |
| <b>2016.....</b>  | <b>102.721</b> | <b>96.712</b>   | <b>199.433</b> | <b>656.186</b>    | <b>855.619</b> |

#### NOTA 16 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

|  | R\$ mil        |                |
|--|----------------|----------------|
|  | 2017           | 2016           |
| Fiscais e previdenciárias (a) .....                              | 15.253         | 10.489         |
| Fundos financeiros e de desenvolvimento (b).....                 | 166.167        | 163.126        |
| Provisão para processos cíveis, trabalhistas e fiscais (c) ..... | 3.216          | 4.641          |
| Dotação para aumento de capital (d) .....                        | 1.973          | 49.185         |
| Provisão para pagamentos a efetuar.....                          | 7.916          | 4.924          |
| Cretores diversos (e) .....                                      | 18.868         | 5.150          |
| Sociais e estatutárias.....                                      | 7.238          | 1.284          |
| Outros .....   | 120            | 120            |
| <b>Total.....</b>  | <b>220.751</b> | <b>238.919</b> |
| Circulante.....  | 86.786         | 116.072        |
| Exigível a Longo Prazo .....                                     | 133.965        | 122.847        |

##### a) Fiscais e previdenciárias

|  | R\$ mil       |               |
|--|---------------|---------------|
|  | 2017          | 2016          |
| Impostos e contribuições.....              | 9.444         | 1.094         |
| Impostos e contribuições s/ salários ..... | 1.031         | 1.130         |
| Impostos c/ pedido de restituição (1)..... | 2.183         | 2.183         |
| Parcelamento impostos (2).....             | 1.825         | 5.452         |
| Outros .....                               | 770           | 630           |
| <b>Total.....</b>                          | <b>15.253</b> | <b>10.489</b> |
| Circulante.....                            | 11.667        | 3.462         |
| Exigível a Longo Prazo .....               | 3.586         | 7.027         |

- (1) Refere-se à provisão do imposto de renda da pessoa jurídica (R\$ 2.065 mil), contribuição social sobre o lucro líquido (R\$ 118 mil), compensados em exercícios anteriores, e ainda não homologados pela Secretaria da Receita Federal (Nota 9).

- (2) Parcelamento de ISSQN sobre rendas com taxas de administração de fundos de desenvolvimento e com avais e garantias prestadas no período de 01/01/2009 a 31/12/2014.

##### a.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido debitada em resultado:

|   | R\$ mil         |              |
|---|-----------------|--------------|
|   | 2017            | 2016         |
| <b>Resultado antes da tributação s/ lucro e participações .....</b> | <b>15.508</b>   | <b>1.509</b> |
| Juros sobre o capital próprio .....                                 | (7.188)         | (716)        |
| Adições (exclusões) líquidas:                                       |                 |              |
| Provisões para contingências .....                                  | 1.448           | (633)        |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....                  | 37.001          | 43.559       |
| Perdas efetivas de créditos.....                                    | (19.875)        | (42.991)     |
| Outros.....   | 567             | 191          |
| Despesas não dedutíveis .....                                       | 259             | 100          |
| <b>Base de Cálculo .....</b>  | <b>27.720</b>   | <b>1.019</b> |
| Imposto de Renda .....  | (6.906)         | (358)        |
| Contribuição Social .....   | (5.544)         | (78)         |
| Incentivos fiscais.....   | 358             | 74           |
| <b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social (i).....</b>     | <b>(12.092)</b> | <b>(362)</b> |

- (i) Alíquotas vigentes: IRPJ 15% + Adicional 10%; e CSLL 15% até setembro de 2015 e 20% de setembro de 2015 até dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15. (Nota 3.j)

##### a.2) Movimentação dos créditos tributários reconhecidos

|                            | R\$ mil       |               |               |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|
|                            | CSLL          | IRPJ          | Total         |
| <b>Saldos</b>              |               |               |               |
| <b>Em 31/12/2016 .....</b> | <b>15.168</b> | <b>19.012</b> | <b>34.180</b> |
| Valores constituídos.....  | 6.738         | 10.597        | 17.335        |
| Valores baixados .....     | (6.980)       | (6.204)       | (13.184)      |
| <b>Em 31/12/2017 .....</b> | <b>14.926</b> | <b>23.405</b> | <b>38.331</b> |

##### a.3) Composição dos créditos tributários

|   | R\$ mil                |                    |               |               |
|---|------------------------|--------------------|---------------|---------------|
|   | Diferenças Temporárias | Crédito Tributário |               |               |
| Provisões   |                        | CSLL               | IRPJ          | Total         |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....   | 86.686                 | 13.775             | 21.672        | 35.447        |
| Provisão devedores por compra de valores e bens ..... | 37                     | 7                  | 9             | 16            |
| Provisão ações cíveis, trabalhistas e fiscais .....   | 3.216                  | 592                | 804           | 1.396         |
| Provisão para indenizações trabalhistas PDI.....      | 3.681                  | 552                | 920           | 1.472         |
| <b>Total 2017 .....</b>                               | <b>93.620</b>          | <b>14.926</b>      | <b>23.405</b> | <b>38.331</b> |
| <b>Total 2016 .....</b>                               | <b>76.314</b>          | <b>15.168</b>      | <b>19.012</b> | <b>34.180</b> |



**a.4) Estimativa de realização dos créditos tributários reconhecidos**

| Crédito Tributário      |               |               |               | Valor Presente |
|-------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Ano                     | CSLL          | IRPJ          | Total         |                |
| 2018 .....              | 3.752         | 4.783         | 8.535         | 8.234          |
| 2019 .....              | 6.162         | 10.272        | 16.434        | 15.882         |
| 2020 .....              | 2.400         | 3.999         | 6.399         | 5.730          |
| 2021 .....              | 972           | 1.621         | 2.593         | 2.103          |
| 2022 .....              | 555           | 924           | 1.479         | 1.216          |
| 2023 a 2027 .....       | 1.085         | 1.806         | 2.891         | 1.997          |
| <b>Total 2017 .....</b> | <b>14.926</b> | <b>23.405</b> | <b>38.331</b> | <b>35.162</b>  |
| <b>Total 2016 .....</b> | <b>15.168</b> | <b>19.012</b> | <b>34.180</b> | <b>32.322</b>  |

R\$ mil

Conforme Circular BACEN nº 3.171/02 art. 2º, V, o valor presente dos créditos tributários foi calculado com base no Custo de Capital do BANDES.

**a.5) Créditos tributários não reconhecidos**

Em 31 de dezembro de 2017 não foram constituídos créditos tributários relativos à contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R\$ 331 mil (R\$ 289 mil em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 552 mil (R\$ 482 mil em 31 de dezembro de 2016) relativos ao imposto de renda da pessoa jurídica, os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do BACEN.

**b) Fundos financeiros e de desenvolvimento**

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES, registram em contas patrimoniais o total de R\$ 166.167 mil (R\$ 163.126 mil em 31 de dezembro de 2016).

|                                    | 2017           | 2016           |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| FUNDAP .....                       | 982            | 933            |
| FUNDES .....                       | 70.584         | 79.343         |
| FUNDAPSOCIAL .....                 | 2.117          | 528            |
| FUNCITEC .....                     | 9.846          | 7.477          |
| FUNDÁGUA .....                     | 23             | 1              |
| FUNDEPAR-ES .....                  | 54.576         | 50.411         |
| FUNSAF .....                       | 64             | 184            |
| PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/16 ..... | 15.562         | 24.249         |
| FUNDESUL .....                     | 3.066          | -              |
| FUNDO RENOV .....                  | 9.347          | -              |
| <b>Total .....</b>                 | <b>166.167</b> | <b>163.126</b> |
| Circulante .....                   | 35.788         | 47.306         |
| Exigível a Longo Prazo .....       | 130.379        | 115.820        |

R\$ mil

**c) Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais**

As demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais são decorrentes do curso normal das operações e envolvem aspectos cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

- Risco Provável – são constituídas provisões no valor atualizado da causa.
- Risco Possível e Remoto – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

O BANDES não possui processos por danos ao meio ambiente.

Composição das ações judiciais e administrativas:

| Ações com Risco Provável* | 2017         | 2016         |
|---------------------------|--------------|--------------|
| Cíveis .....              | 1.669        | 2.955        |
| Trabalhistas .....        | 1.547        | 1.686        |
| <b>Total .....</b>        | <b>3.216</b> | <b>4.641</b> |

R\$ mil

\*Provisionadas pelo valor atualizado da causa.

| Ações com Risco Possível e Remoto* | 2017          | 2016          |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Cíveis .....                       | 48.372        | 48.911        |
| Trabalhistas .....                 | 1.009         | 959           |
| Fiscais .....                      | 26.755        | 26.327        |
| <b>Total .....</b>                 | <b>76.136</b> | <b>76.197</b> |

R\$ mil

\*Valores não provisionados, apenas divulgados.

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

|   | Cíveis       | Trabalhistas | Total        |
|---|--------------|--------------|--------------|
| <b>Saldo em 01/01/2017 .....</b>            | <b>2.955</b> | <b>1.686</b> | <b>4.641</b> |
| Atualização Monetária / Constituições ..... | 332          | 138          | 470          |
| Reversões / Pagamentos .....                | (447)        | -            | (447)        |
| <b>Saldo em 30/06/2017 .....</b>            | <b>2.840</b> | <b>1.824</b> | <b>4.664</b> |
| <b>Saldo em 01/07/2017 .....</b>            | <b>2.840</b> | <b>1.824</b> | <b>4.664</b> |
| Atualização Monetária / Constituições ..... | 605          | 173          | 778          |
| Reversões / Pagamentos .....                | (1.776)      | (450)        | (2.226)      |
| <b>Saldo em 31/12/2017 .....</b>            | <b>1.669</b> | <b>1.547</b> | <b>3.216</b> |

R\$ mil

**d) Dotação para aumento de capital**

A rubrica "Dotação para aumento de capital" registra R\$ 1.973 mil (R\$ 49.185 mil em dezembro de 2016) disponibilizados pelo acionista Estado do Espírito Santo, sendo:

- R\$ 1.442 mil referentes Juros Sobre Capital Próprio – JSCP do exercício social de 2015, quitados em 20/05/2016 e retidos conforme parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social;
- R\$ 531 mil referentes Juros Sobre Capital Próprio – JSCP do exercício social de 2016, quitados em 20/05/2017 e retidos conforme parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social.

**e) Credores diversos**

Na composição da rubrica "Credores diversos" R\$ 18.868 mil (R\$ 5.150 mil em 31 de dezembro de 2016), destacam-se Recomposições de Obrigações por Refinanciamento R\$ 8.799 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2016), Ordens de Liberações do FUNGETUR R\$ 4.803 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2016); e Deduções de liberações FUNDAP, conforme Lei Estadual nº 9.937/12 e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012 R\$ 1.578 (R\$ 2.691 mil em 31 de dezembro de 2016).

**NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**

O capital social autorizado é de R\$ 500.000 mil para efeito de emissão de ações ordinárias, ações preferenciais classe "A" ou classe "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 407.448 mil.

Composição do capital social integralizado em quantidade de ações:

|  | 2017                  | 2016                  |
|--|-----------------------|-----------------------|
| <b>Ações Ordinárias .....</b>                    | <b>17.783.878.147</b> | <b>15.949.479.126</b> |
| -Estado do Espírito Santo .....                  | 17.545.240.995        | 15.710.841.974        |
| -Acionistas Minoritários .....                   | 238.637.152           | 238.637.152           |
| <b>Ações Preferenciais .....</b>                 | <b>8.844.531.687</b>  | <b>7.926.204.869</b>  |
| <b>Classe "A" .....</b>                          | <b>2.795.144.801</b>  | <b>2.483.827.190</b>  |
| - Estado do Espírito Santo .....                 | 2.136.379.191         | 1.825.061.580         |
| - Demais Acionistas .....                        | 658.765.610           | 658.765.610           |
| <b>Classe "B" .....</b>                          | <b>6.049.386.886</b>  | <b>5.442.377.679</b>  |
| - Estado do Espírito Santo .....                 | 2.473.859.420         | 1.868.637.240         |
| - Demais Acionistas .....                        | 3.575.527.466         | 3.573.740.439         |
| <b>Total de ações emitidas .....</b>             | <b>26.628.409.834</b> | <b>23.875.683.995</b> |
| Em tesouraria (Ordinárias) .....                 | (172.039.828)         | (6)                   |
| Em tesouraria (Preferenciais – Classe "A") ..... | (629.496.910)         | (24.162.245)          |
| <b>Total de ações em circulação .....</b>        | <b>25.826.873.096</b> | <b>23.851.521.744</b> |

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição. As ações da classe "A" têm direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; e as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

No exercício de 2017, o Banco Central do Brasil - BACEN, por meio do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF aprovou o aumento de capital abaixo:

| Aumento de Capital R\$ | Data de Aprovação | Publicação do Ato no Diário Oficial da União  |
|------------------------|-------------------|---|
| 47.743 mil             | 08/06/2017        | DOU nº 111, Seção 3, página 64, de 12/06/2017 |

**b) Reservas de capital**

O montante de R\$ 11.639 mil é proveniente de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES, aprovada pela Resolução FUNDES nº 06/2016, de 26 de junho de 2016.

O investimento em incentivos fiscais representado por 4.465.723 cotas FUNDES registrado no subgrupo Investimentos do Ativo Permanente ao custo histórico total de R\$ 1.957 mil foi permutado com as 777.374.487 ações BANDES detidas pelo FUNDES. Na negociação, os instrumentos patrimoniais (ações e cotas) foram precificados pela idêntica importância total de R\$ 13.614 mil.

**c) Destinação do resultado do exercício**

Conforme disposição estatutária, a distribuição do resultado e o pagamento de dividendos referentes ao exercício social de 2017, foram computados conforme segue:

|   | 2017     | 2016     |
|---|----------|----------|
| <b>Lucros / Prejuízos Acumulados .....</b>          | <b>-</b> | <b>-</b> |
| Resultado do exercício .....                        | 7.566    | 2.563    |
| Reserva legal (Nota 17 c.1) .....                   | (378)    | (128)    |
| Dividendos / JSCP (Nota 17 c.2) .....               | (7.188)  | (716)    |
| Reserva para margem operacional (Nota 17 c.3) ..... | -        | (1.719)  |
| <b>Lucros / Prejuízos Acumulados .....</b>          | <b>-</b> | <b>-</b> |

R\$ mil

**c.1) Reserva legal**

Constituída obrigatoriamente, conforme Inciso I, artigo 53, do Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos.

**c.2) Reservas de lucros**

No exercício, R\$ 392 mil referentes dividendos/JSCP prescritos do exercício de 2013 (R\$ 44 mil de 2012), foram transferidos do grupo de contas do Passivo, e incorporados à Reserva Estatutária, do grupo Reservas de Lucros do Patrimônio Líquido, conforme § 4º do artigo 53 do Estatuto Social.

**c.3) Reserva para margem operacional**

De acordo com o inciso III, do artigo 53, do Estatuto Social, a "Reserva para margem operacional" tem por objetivos assegurar adequadas condições operacionais e reforçar o capital social e de giro do BANDES. É constituída a base do lucro líquido remanescente e está limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, não houve destinação de saldo para reserva para margem operacional (R\$ 1.719 mil em 31 de dezembro de 2016).

**d) Dividendos / Juros sobre Capital Próprio**

Conforme disposição estatutária, Inciso II, artigo 53, do Estatuto Social - aos acionistas estão assegurados juros sobre capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A política de remuneração do capital visa distribuir juros sobre o capital próprio – JSCP, computados líquidos de imposto de renda na fonte, calculados em conformidade com a legislação vigente.

Nos termos do Art. 54 do Estatuto Social, e em conformidade com o previsto nas Leis nºs. 9.249/95 e 9.430/96, a Diretoria Executiva mediante decisão do Conselho de Administração em 29 de novembro 2017, *ad referendum* a aprovação na AGO das contas de 2017, deliberou sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, imputados ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

Os juros sobre capital próprio – JSCP referentes ao exercício de 2017 totalizaram R\$ 7.188 mil (R\$ 716 mil em 31 de dezembro de 2016). O pagamento será realizado no prazo de até 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral que apreciar as contas da Diretoria, conforme §3º do artigo 53 do Estatuto Social, e terá como base a posição acionária em 31 de dezembro de 2017.



Para atendimento à legislação do imposto de renda e à legislação societária, o montante de juros sobre capital próprio foi contabilizado na conta de despesas financeiras e, para fins de divulgação das demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de "Lucros / Prejuízos Acumulados".

O cálculo dos juros sobre capital próprio relativo ao exercício social de 2017, comparado ao exercício social de 2016, está demonstrado a seguir:

|   | R\$ mil      |              |
|---|--------------|--------------|
|   | 2017         | 2016         |
| <b>Lucro Líquido do Exercício</b> ..... | <b>7.566</b> | <b>2.563</b> |
| (-) Reserva Legal (5%) .....            | (378)        | (128)        |
| <b>Base de Cálculo ajustada</b> .....   | <b>7.188</b> | <b>2.435</b> |
| <b>Dividendos/JSCP</b> .....            | <b>7.188</b> | <b>716</b>   |

## NOTA 18 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### a) Plano de previdência complementar

Tem por objetivo proporcionar aos empregados e administradores, renda complementar à aposentadoria assegurada pela previdência social. O plano possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no Fundo de Renda Fixa, Bradesco Renda Fixa F 10. No exercício foram apropriados em despesas com o plano R\$ 1.665 mil (R\$ 1.620 mil em 31 de dezembro de 2016).

### b) Programa de desligamento voluntário (PDV)

O programa de desligamento voluntário promovido pelo banco assegura os benefícios: custeio de plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e acidentes pessoais, cesta alimentação, auxílio refeição, auxílio creche/babá, por trinta e seis meses após a demissão.

A provisão para indenizações trabalhistas diversas registrou saldo de R\$ 3.681 mil (R\$ 807 mil em 31 de dezembro de 2016).

## NOTA 19 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a) Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixada a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, conforme determinação do Estatuto Social. No exercício, as despesas com a remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Executiva totalizaram R\$ 1.419 mil (R\$ 1.709 mil em 31 de dezembro de 2016).

## NOTA 20 - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Os valores dos patrimônios líquidos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados pelo BANDES, registrados em contas de compensação, totalizaram R\$ 469.869 mil (R\$ 439.289 mil em 31 de dezembro de 2016).

|                        | R\$ mil                   |                |
|------------------------|---------------------------|----------------|
| <b>Fundos Públicos</b> | <b>Patrimônio Líquido</b> |                |
|                        | 2017                      | 2016           |
| FUNDES .....           | 186.820                   | 174.118        |
| FUNDAP .....           | 117.328                   | 118.504        |
| FUNDAPSOCIAL .....     | 2.319                     | 2.220          |
| FUNDO RENOVA .....     | 10.062                    | -              |
| FUNDESUL .....         | 4.932                     | -              |
| FUNDEPAR-ES .....      | 148.408                   | 144.447        |
| <b>Total</b> .....     | <b>469.869</b>            | <b>439.289</b> |

## NOTA 21 - OPERAÇÕES COM FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Rendas auferidas na operação de fundos financeiros e de desenvolvimento e despesas com a remuneração das obrigações, referentes aos recursos não alocados:

|                        | R\$ mil                        |              |   |                 |
|------------------------|--------------------------------|--------------|---|-----------------|
| <b>Fundos</b>          | <b>Rendas de Administração</b> |              | <b>Despesas sobre Disp. de Recursos</b> |                 |
|                        | 2017                           | 2016         | 2017                                    | 2016            |
| FUNDES (1) .....       | 5.305                          | 834          | (5.711)                                 | (7.462)         |
| FUNDAPSOCIAL (2) ..... | -                              | -            | (90)                                    | (359)           |
| FUNDEPAR-ES (3) .....  | 167                            | 162          | (3.341)                                 | (5.984)         |
| FUNCITEC (4) .....     | -                              | -            | (659)                                   | (1.232)         |
| FUNDÁGUA (5) .....     | -                              | -            | (1)                                     | (6)             |
| FUNSAF (6) .....       | 1                              | 10           | (11)                                    | (25)            |
| PSA FUNDÁGUA (7) ..... | 904                            | 549          | (1.236)                                 | (284)           |
| FUNDESUL (8) .....     | 43                             | -            | (117)                                   | -               |
| RENOVA (9) .....       | -                              | -            | (60)                                    | -               |
| <b>Total</b> .....     | <b>6.420</b>                   | <b>1.555</b> | <b>(11.226)</b>                         | <b>(15.352)</b> |

| <b>Rendas de Administração</b>   | <b>Despesas sobre Disp. de Recursos</b>             |
|--|---|
| (1) 0,5% até março/2017 e após esta data 4% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.            | Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança. |
| (2) 2% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.   | Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança. |
| (3) 0,25% ao ano incidente sobre o capital investido do Fundo deduzido de eventual baixa contábil. | Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança. |
| (4) Não há incidência de taxa de administração.  | Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).                |
| (5) 3% sobre o ingresso de recursos no Fundo.  | 100% do rendimento diário do CDI.                   |
| (6) 1% sobre os recursos financeiros liberados.  | Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança. |
| (7) 10% sobre os recursos financeiros liberados.   | Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança. |
| (8) 2,1% sobre o Patrimônio Líquido do Fundo   | Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança. |
| (9) -  | IPCA defasado de 2 meses.                           |

## NOTA 22 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de *Compliance* e Controles Internos - GERCO, Comitê de Controles Internos e Riscos - COCIR e Auditoria Interna - AUDIT.

As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de *Compliance* e Controles Internos - GERCO, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a auto avaliação dos riscos e controles internos.

## NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O fator de risco de mercado preponderante no BANDES é a taxa de juros em reais - definido como perdas potenciais devido a mudanças inesperadas nas taxas de juros, haja vista que a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que a composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários do BANDES classifica-se na categoria de "Títulos Mantidos até o Vencimento", definidos como títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento.

A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos - GERIS, Comitê de Gestão de Tesouraria - COGET, Comitê de Controles Internos e Riscos - COCIR e Auditoria Interna - AUDIT. O gerenciamento do risco de mercado no BANDES possui como ferramenta principal o cálculo e monitoramento diário do VaR (Value at Risk) das exposições, comparando-o com o limite de perda definido pela Diretoria Executiva. São realizados também testes de estresse trimestrais, a fim de estimar possíveis perdas da instituição em condições extremas de mercado.

## NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pela Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos - GERIS, Comitê de Crédito - COCRE, Comitê de Controles Internos e Riscos - COCIR, Auditoria Interna - AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos.

O monitoramento é realizado pela Gerência de Riscos, utilizando-se de diversas ferramentas, tais como, relatórios de acompanhamento do risco de crédito da carteira, avaliação periódica do modelo de classificação do risco de crédito das operações, realização de testes de estresse, e avaliação das perdas associadas ao risco de crédito.

## NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e; 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gestão do risco de liquidez do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, pela Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos - GERIS, Gerência Financeira - GEFIN, Comitê de Gestão de Tesouraria - COGET, Comitê de Controles Internos e Riscos - COCIR e Auditoria Interna - AUDIT.

A Gerência de Riscos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES. O Comitê de Gestão de Tesouraria assessora a Diretoria no processo de concepção, formulação e elaboração da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e também recomenda ações e medidas para o aprimoramento das mesmas.

## NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos - GERIS, Gerência de Controladoria - GECON, Gerência de Desenvolvimento, Planejamento e Inovação - GEDEP e Comitê de Gestão de Capital - COGEC.

A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

Os relatórios de acesso público evidenciando a descrição das estruturas de gerenciamento de riscos estão disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.bandes.com.br>.

## NOTA 27 - OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados são suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros.

### b) Receita de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

|                                       | 2017         | 2016         |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Rendas de prestações de serviços..... | 1.039        | 857          |
| FUNDAP .....                          | 188          | 76           |
| FUNDEPAR .....                        | 167          | 162          |
| FUNDES/ES .....                       | 5.305        | 834          |
| PSA FUNDÁGUA .....                    | 904          | 549          |
| Outras .....                          | 47           | 10           |
| <b>Total.....</b>                     | <b>7.650</b> | <b>2.488</b> |

**c) Despesas de pessoal**

|   | 2017            | 2016            |
|---|-----------------|-----------------|
| Honorários - Conselhos (Administração e Fiscal) e Diretoria ..... | (1.536)         | (1.831)         |
| Benefícios.....   | (6.487)         | (6.072)         |
| Encargos sociais.....   | (12.859)        | (8.985)         |
| Proventos.....  | (26.089)        | (20.824)        |
| Treinamento .....   | (426)           | (615)           |
| Bolsa auxílio estágio .....                                       | (1.216)         | (960)           |
| <b>Total.....</b>   | <b>(48.613)</b> | <b>(39.287)</b> |

**d) Outras despesas administrativas**

|  | 2017            | 2016            |
|--|-----------------|-----------------|
| Água, energia e gás.....   | (701)           | (739)           |
| Aluguéis.....  | (55)            | (56)            |
| Comunicações.....  | (793)           | (668)           |
| Manutenção e conservação de bens .....                             | (1.152)         | (1.117)         |
| Material .....   | (34)            | (35)            |
| Processamento de dados.....  | (1.518)         | (2.004)         |
| Promoções/Relações públicas.....                                   | (935)           | (800)           |
| Propaganda e publicidade.....                                      | (911)           | (278)           |
| Publicações legais.....  | (225)           | (404)           |
| Seguros .....  | (7)             | (7)             |
| Serviços de vigilância.....  | (326)           | (345)           |
| Serviços do Sistema Financeiro .....                               | (702)           | (707)           |
| Serviços de terceiros .....  | (319)           | (283)           |
| Serviços técnicos especializados.....                              | (1.328)         | (1.421)         |
| Transportes .....  | (161)           | (159)           |
| Viagem no país/exterior .....                                      | (499)           | (407)           |
| Despesas com processos judiciais.....                              | (3.139)         | (2.124)         |
| Outras despesas (condomínio, assinaturas, treinamentos, etc.)..... | (1.226)         | (1.171)         |
| Amortização e depreciação .....                                    | (4.416)         | (5.267)         |
| <b>Total.....</b>  | <b>(18.448)</b> | <b>(17.992)</b> |

**e) Despesas tributárias**

|                                | 2017           | 2016           |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| IPTU, Taxas, ISSQN .....       | (528)          | (236)          |
| Contribuição ao COFINS .....   | (3.921)        | (4.134)        |
| Contribuição ao PIS/PASEP..... | (637)          | (672)          |
| <b>Total.....</b>              | <b>(5.086)</b> | <b>(5.042)</b> |

**f) Outras receitas operacionais**

|  | 2017          | 2016         |
|--|---------------|--------------|
| Recuperações de encargos e despesas .....                  | 3.027         | 805          |
| Reversão de provisões judiciais, prev. privada e PDV.....  | 8.527         | 2.759        |
| Atualização monetária equalização juros BNDES/PRONAF ..... | 1.727         | 2.890        |
| Variações monetárias ativas.....                           | -             | 1.252        |
| Atualização Selic s/ tributos a compensar .....            | 339           | 128          |
| Atualização depósitos judiciais .....                      | 279           | 451          |
| Outras rendas operacionais.....                            | 969           | 988          |
| <b>Total.....</b>  | <b>14.868</b> | <b>9.273</b> |

**g) Outras despesas operacionais**

|  | 2017            | 2016           |
|--|-----------------|----------------|
| Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas.....   | (1.248)         | (1.346)        |
| Provisão para indenizações trabalhistas PDV .....          | (8.727)         | (780)          |
| Outras despesas operacionais .....                         | (37)            | (364)          |
| Despesas com utilização SISBACEN .....                     | (47)            | (44)           |
| Despesas c/ atualização de parcelamento dos tributos ..... | (52)            | (337)          |
| <b>Total.....</b>  | <b>(10.111)</b> | <b>(2.871)</b> |

**h) Resultado Não Operacional**

|  | 2017         | 2016       |
|--|--------------|------------|
| Resultado na alienação de valores e bens.....        | 103          | 543        |
| Reversão de provisões de outros valores e bens ..... | 127          | 370        |
| Reversão de perdas com ações e cotas (1) .....       | -            | 1.585      |
| Outras rendas não operacionais .....                 | 380          | 433        |
| Desvalorização de outros valores e bens .....        | (412)        | (485)      |
| Perdas em investimentos por incentivos fiscais ..... | -            | (1.585)    |
| Perdas em ações e cotas (2) .....                    | (287)        | (231)      |
| Despesas com bens não de uso.....                    | (35)         | (151)      |
| <b>Total.....</b>                                    | <b>(124)</b> | <b>479</b> |

(1) Reversão de provisão para perdas com desvalorização das cotas de Certificado de Investimento - FUNDES. (Nota 11.2)

(2) Provisão para desvalorização das cotas do Fundo CRIATEC 3 - FIP. (Nota 7)

**i) Limites operacionais (Acordo da Basileia)**

Observando-se os requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.193/13, o BANDES apurou em 31 de dezembro de 2017, os seguintes valores:

| Indicador   | Valor apurado % | Mínimo requerido % |
|---|-----------------|--------------------|
| Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (Índice de Basileia)..... | 37,92           | 9,25               |
| Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA*.....              | 37,92           | 6,0                |
| Capital Principal comparado com o RWA*.....                             | 37,92           | 4,5                |

\*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

**j) Operações com instrumentos derivativos**

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos

**k) Pagamento baseado em ações**

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11.

**l) Convergência das normas contábeis do Sistema Financeiro Nacional às normas internacionais**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

| CPC     | Assunto   | Resolução CMN nº |
|---------|---|------------------|
| 00 (R1) | Pronunciamento Conceitual Básico  | 4.144/2012       |
| 01 (R1) | Redução ao Valor Recuperável de Ativos  | 3.566/2008       |
| 02 (R2) | Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | 4.524/2016       |
| 03 (R2) | Demonstração dos Fluxos de Caixa  | 3.604/2008       |
| 04 (R1) | Ativo Intangível  | 4.534/2016       |
| 05 (R1) | Divulgação sobre Partes Relacionadas  | 3.750/2009       |
| 10 (R1) | Pagamento Baseado em Ações  | 3.989/2011       |
| 23      | Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro              | 4.007/2011       |
| 24      | Evento Subsequente  | 3.973/2011       |
| 25      | Provisões, Passivos e Ativos Contingentes                                       | 3.823/2009       |
| 27      | Ativo Imobilizado   | 4.535/2016       |
| 33 (R1) | Benefícios a Empregados   | 4.424/2015       |

Com base na Resolução CMN nº 3.786/09 e nas Circulares BACEN nº 3.472/09 e 3.516/10, o BANDES esclarece que não possui a obrigatoriedade de elaborar e divulgar demonstrações contábeis no padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, uma vez que tal obrigatoriedade abrange somente as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta, ou ainda, que estejam sujeitas à constituição de comitê de auditoria.

O CMN não estimou quando irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem se quando recepcionados terão efeitos retroativos, dessa forma não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis do BANDES.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Roberto da Cunha Penedo – Presidente  
Aroldo Natal Silva Filho – Vice-Presidente  
José Teófilo Oliveira  
Orlando Caliman

Gustavo Lisboa Cruz  
Valber Pinheiro Padilha  
Robson Luiz Avelino Pereira

**CONSELHO FISCAL**

Ana Maria Carvalho Lauff  
Dayse Maria Oslegher Lemos  
Jefferson Vargas Barbosa

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Aroldo Natal Silva Filho  
Diretor-Presidente

Everaldo Colodetti  
Diretor de Crédito e Fomento

Denise de Moura Cadete Gazzinelli Cruz  
Diretora de Administração e Finanças

**CONTADOR**

Valdir dos Santos  
CRC/ES 13.555/O-3

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### AOS

#### ACIONISTAS E ADMINISTRAÇÃO DO

#### BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - BANDES

#### VITÓRIA - ES

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral e a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive sobre eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2018.

MACIEL AUDITORES S/S  
2CRC RS 5.460/O-0 - T - SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
1CRC RS - 71.505/O-3 - "T" - SP  
Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS  
1CRC RS - 059.628/O-2 - S - SP  
Responsável Técnico